

AMARAL FERRADOR

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE DE 2021

REALIZADA EM 25/02/2022

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao **3º Quadrimestre de 2021** do Poder Executivo Municipal, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no §4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais publicados no Mural da Prefeitura Municipal e Internet (www.amaral.ferrador.rs.gov.br) e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

1. METAS FISCAIS

O **Resultado Primário**, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de janeiro à dezembro de 2021, o resultado primário foi de R\$ 2.843.044,53, com desempenho favorável que demonstra que as receitas fiscais foram suficientes para suportar integralmente as despesas fiscais.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITA	Programada para o exercício	Realizada no Período
Receitas Primárias	22.561.369,66	24.755.962,19
Despesas Primárias	21.578.741,05	21.912.917,66
Resultado Primário	982.628,62	2.843.044,53

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

DESCRIÇÕES	31/12/2020	31/12/2021
Divida Consolidada	2.346.833,09	2.152.042,84
Deduções	2.835.666,10	3.898.667,90
Disponibilidade de Caixa	2.835.666,10	3.898.667,90
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.454.361,37	6.526.475,94
(-) Restos a Pagar Processados	1.618.695,27	2.627.808,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
Divida Consolidada Liquida	-488.833,01	1.746.625,06
Resultado Nominal – abaixo da linha		1.257.792,05
Meta LDO		982.628,62

Fonte: Demonstrativo Resultado Primário e Nominal

2. RECEITA

A Receita Orçamentária total, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluídas as deduções para o FUNDEB e da Lei Complementar nº 91/97, foi prevista na Lei de Orçamento para o exercício de 2021 no montante de R\$ 21.400.000,00. A receita efetivada no período de **janeiro a dezembro de 2021** foi de R\$ 24.963.225,90, tendo sido arrecadado, portanto,

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual	Realiz. no Período
1 – Receitas Correntes	20.916.033,64	24.523.154,30
Receita Tributária	958.291,96	1.017.379,01
Receita de Contribuições	35.319,80	31.516,21
Receita Patrimonial	57.556,49	176.973,06
Receita Agropecuária	3.276,00	0,00
Receita de Serviços	310.106,35	221.544,04
Transferências Correntes	19.502.809,25	22.527.409,59
Outras Rec. Correntes	48.673,79	548.332,39

Discriminação	Previsão Anual	Realiz. no Período
2 – Receitas de Capital	483.966,36	440.071,60
Operações de Crédito	0,00	0,00
Alienação de Bens	5.000,00	0,00
Transferências Capital	477.606,00	429.321,60
Amort. de Empréstimos	0,00	0,00
Transfer. De Capital	0,00	0,00
Outras Rec. De Capital	1.360,36	10.750,00
Total da Receita	21.400.000,00	24.963.225,90

Fonte: Balancete da receita

3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa total liquidada, no período de **janeiro a dezembro de 2021** apresentou uma execução **inferior** à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa liquidada total/receita total foi demonstrando um superávit de 2.014.519,36+ superávit financeiro do ano anterior de R\$ 2.633.517,84. A meta estabelecida para assegurar o equilíbrio fiscal, consiste em obter a relação despesa pública/receita pública na proporção, conforme foi demonstrado no resultado **permite** confirmar o cumprimento da meta.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Programada para exercício	Realizada no Período
Receita Total	21.400.000,00	24.963.225,90
Superávit Financeiro Exer. Anterior		2.633.517,84
Receita Total + Superávit	21.400.000,00	27.596.743,74
Despesa Empenhada	Programada para o exercício	Realizada no Período
Despesas Correntes	19.903.919,32	21.098.298,94
Pessoal e Encargos Sociais	10.676.817,40	12.590.510,99
Juros e Encargos da Dívida	151.500,00	68.860,90
Outras Despesas Correntes	9.075.601,92	8.438.927,05
Despesas de Capital	1.296.080,68	1.850.407,60
Investimentos	1.059.634,85	1.619.413,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	236.445,83	230.994,59
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
Reserva de contingência LDO	200.000,00	0,00
(2) Despesa Total (+) Reserva Cont. superávit RECEITA/DESPESA no exercício	21.400.000,00	22.948.706,54
Resultado Orçamentário		2.014.519,36

Fonte: Balanço Orçamentário.

Houve alteração na previsão orçamentária inicial , como segue:

Fixação inicial da Despesa:	21.400.000,00
Créditos adicionais:	9.920.297,90
Reduções:	4.128.156,93
Despesa Atualizada	27.192.140,97

4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

A despesa de pessoal, item mais significativo no conjunto de despesas fiscais em relação à receita corrente líquida, na forma da metodologia da LRF, oscilando entre o limite de alerta e prudencial dentro dos últimos quadrimestre, fica demonstrado o resultado do 3º quadrimestre de 2021.

QUADRO 4.1 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

PODER EXECUTIVO	Despesa Liquidada	% RCL	Limite de Alerta	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	11.897.438,22	49.22%	48,60%	51,30%	54,00%
Receita Corrente Liquida	24.173.154,30				

5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE/FUNDEB), no acumulado do período de janeiro a dezembro de 2021, totalizaram R\$ 5.692,354,19, o que corresponde a 30,04 % da Receita de Impostos e Transferências e Dívida Ativa no montante de R\$ 18.950.362,29 no exercício de 2021, atendendo o Limite estabelecido pela Constituição Federal.

Também, em cumprimento a nova Lei do FUNDEB 14.113/2020, que obriga a aplicação de uma parcela não inferior a 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades, temos que o Município aplicou 72,40% dos Recursos do FUNDEB na remuneração dos Profissionais do Magistério, nas funções Ensino Fundamental, Infantil e Especial.

5.1-- Despesas c/ Educação

QUADRO 5.1 – Cálculo Constitucional para aplicação (MDE+FUNDEB)

DISCRIMINAÇÃO	Programada para o exercício
Receita resultante de Impostos e Transferências	18.950.362,29
Mínimo aplicar 25%	4.737.590,57

QUADRO 5.2 – Cálculo Constitucional da Despesa com (MDE+FUNDEB)

DISCRIMINAÇÃO	Programada para o exercício
Ensino Fundamental Recurso 20	2.041.397,15
Ensino Fundamental Recurso 31	4.334.392,55
Educação Infantil Recurso 31	415.156,12
Educação Especial Recurso 31	73.942,79
SUB TOTAL	6.864.888,61
(-) Desp. Liquidadas com Plus FUNDEB	-1.128.325,05
(-) Desp. Liquidadas Rend. MDE+FUNDEB	-44.209,17
Total de Gastos com Educação MDE+FUNDEB	5.692.354,19

6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 3.184.031,70 o que corresponde a **16,80%** sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do limite de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000 e LC 141/2012.

QUADRO 6.1 – Cálculo Constitucional para aplicação Saúde – ASPS

DISCRIMINAÇÃO	Programada para o exercício
Receita resultante de Impostos e Transferências	18.950.362,29
Mínimo aplicar 15%	2.842.554,34

QUADRO 6.2 – Cálculo Constitucional da Despesa com Saúde – ASPS

DISCRIMINAÇÃO	Programada para o exercício
Atenção Básica – Modalidade 71	-3.542,50
Administração Geral	220,00
Atenção Básica	3.188.861,56
SUB-TOTAL	3.185.539,06
(-) Despesas Liquidadas c Rendimentos ASPS	-1.507,36
Total Gastos Constitucionais com ASPS	3.184.031,70

7. DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

A Dívida Consolidada ao final do terceiro quadrimestre totalizou R\$ **2.152.042,84** demonstrando um decréscimo em relação ao saldo do quadrimestre anterior o qual foi influenciado principalmente pelo pagamentos do parcelamento da dívida. Conforme as determinações da Resolução nº 40 do Senado Federal, a qual disciplina que a Dívida Consolidada Líquida não poderá exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida, atendendo assim à LRF. Cabe ressaltar o montante da Dívida Consolidada Líquida é de R\$ (1.746.625,06).

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ESPECIFICAÇÃO	SALDO 2º QUADRI/2021	SALDO 3º QUADRI/2021
DÍVIDA CONSOLIDADA – DC(1)	2.100.521,81	2.152.042,84
Dívida Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.096.767,81	2.144.534,84
Empréstimos	0,00	101.311,24
Precatórios (após 05/05/2000)	0,00	0,00
Oper.Crédito Inferior a 12 meses	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias (INSS)	2.096.767,81	2.043,223,60
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do F G T S	0,00	0,00
Outras Dívidas	3.754,00	7.508,00
DEDUÇÕES (2)	6.023.675,13	3.898.667,90
DISPONIBILIDADE DE CAIXA	6.023.675,13	3.898.667,90
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.719.743,12	6.526.475,94
Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	696.067,99	2.627.808,04
DÍVIDA CONS. LÍQUIDA – DCL (1– 2)	(3.923.153,32)	(1.746.625,06)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	23.418.425,14	24.523.154,30
- Transferências obrigatórias Emendas	250.000,00	200.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL-ajustada	23.188.425,14	24.323.154,30
% DA DC sobre a RCL	9,06	8,85
% DA DCL sobre a RCL	(16,92)	(7,18)

Fonte: Dívida Consolidada Líquida

8. COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta estabelecida para assegurar o equilíbrio fiscal, que consiste em obter a relação despesa pública/receita pública foi superada. As despesas com pessoal encontra-se dentro do limite prudencial e a dívida consolidada e o grau de endividamento mostram-se em adequação à LRF. No tocante aos limites com Educação e Saúde foi cumprido conforme determina a Legislação vigente e conforme requisitos da LRF.



Nataniel Satiro do Val Cândia

Prefeito Municipal